

Boletim Gaúcho de Geografia

<http://seer.ufrgs.br/bgg>

**ANALISE DIALÓGICA DE CONTEÚDO E DIALOGOS DE
SABERES**

CRISTIANO QUARESMA DE PAULA

Boletim Gaúcho de Geografia, v. 42, n.1: 44-63, jan., 2015.

Versão online disponível em:

<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/bgg/article/view/48503/32934>

Publicado por

Associação dos Geógrafos Brasileiros



Portal de Periódicos
UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL

Informações Adicionais

Email: portoalegre@agb.org.br

Políticas: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/editorialPolicies#openAccessPolicy>

Submissão: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#onlineSubmissions>

Diretrizes: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#authorGuidelines>

Data de publicação - jan., 2015.

Associação Brasileira de Geógrafos, Seção Porto Alegre, Porto Alegre, RS, Brasil

ANÁLISE DIALÓGICA DE CONTEÚDO E DIÁLOGOS DE SABERES

CRISTIANO QUARESMA DE PAULA¹

RESUMO

O texto apresenta uma proposta metodológica de compreensão dos diálogos de saberes em momentos, nos quais comunidades tradicionais estabelecem diálogos com técnicos e cientistas. Expõe pressupostos para pesquisas que abordam os conhecimentos tradicionais e os diálogos de saberes. Ressignifica a técnica de análise de conteúdo, complexificando-a a partir da teoria do agir comunicativo, a qual identifica os mundos da vida em que estão baseados os enunciados. E, assim, expõem consensos e dissenso que ocorrem no processo dialógico. Apresenta algumas possibilidades de análise a partir de pesquisa realizada junto ao Fórum Delta do Jacuí.

Palavras-chave: Comunidades Tradicionais; Conhecimentos Tradicionais; Dialógica; Pesca Artesanal.

INTRODUÇÃO

Pescadores artesanais estão inseridos nas chamadas sociedades tradicionais por estabelecerem relações sociais e com a natureza, distintas das compostas sob os desígnios da modernidade. Em contextos mais amplos, nos quais se distinguem da sociedade geral, como o da crise ambiental planetária a sociedade tradicional dos pescadores artesanais pode ser analisada em conjunto com outras sociedades tradicionais, como as indígenas, quilombolas, etc. Contudo, em contextos mais específicos, geralmente em escala local e regional, utiliza-se a comunidade tradicional de pescadores artesanais, para destacar, no âmbito da sociedade tradicional de pescadores artesanais, especificidades tanto nas relações sociais, quanto nas relações que estabelecem com o meio.

Estas relações estabelecidas entre comunidades tradicionais e o meio que as cerca são apontadas com promotoras de saberes tradicionais. Estes são transmitidos ao longo de gerações pela oralidade e gerados a partir das práticas tradicionais que são continuamente adequadas à dinâmica do meio. Devido a isso, os saberes tradicionais apresentam certa estabilidade em uma análise histórica linear. Ainda, são apontados, pelos que defendem a modernização como atrasados ou ultrapassados e geradores de entraves para o desenvolvimento econômico. Contudo, a presença de comunidades que fazem uso do ambiente, por meio de saberes tradicionais, também é indicada na bibliografia científica como responsável pela perenidade do ambiente em condições de relativa estabilidade.

1 Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: cqgeo@gmail.com.

Cabe destacar que os usos do ambiente aquático não se restringem a atividade de pesca artesanal. Outras atividades, muitas com bases científicas modernas, fazem uso da zona costeira, rios e lagos causando impactos que são percebidos na pesca artesanal. Nesse sentido ocorrem disputas e conflitos, não necessariamente pela fauna aquática, mas por recursos econômicos presentes nos territórios dos pescadores. Dizemos isso, para frisar que os saberes tradicionais, que no passado se adequavam à dinâmica do meio, hoje são muito influenciados por impactos ambientais e disputas territoriais estabelecidas com outras atividades econômicas. Por isso, o tempo de reformulação desses saberes passa a ser mais rápido e, inclusive, passam a integrar traços de modernidade.

Os saberes tradicionais dos pescadores artesanais não são alcançáveis, em sua complexidade, por métodos científicos e linguagem formal, como também não são estáticos no tempo. Assim, em nossa análise, esses saberes são traduzidos como conhecimentos tradicionais. Estabelecendo essa delimitação ética, declaramos que o apresentado é uma leitura resultante de um processo analítico que se dá fora do contexto em que os saberes são gerados.

Em contextos em que as comunidades de pescadores se articulam em espaços de gestão para dialogarem com gestores públicos da pesca artesanal, em seus territórios, compreendemos que se estabelecem diálogos de saberes. Apesar desse processo dialógico já ser referenciado em muitas publicações que abordam as sociedades tradicionais, no campo metodológico pouco se tem avançado quanto ao processo de interpretação destes.

Diante do exposto a pesquisa objetivou compreender os diálogos de saberes, os quais são estabelecidos entre comunidades de pescadores artesanais e gestores públicos, em contexto de um fórum de gestão compartilhada da pesca artesanal. Assim, nosso maior empenho está em propor um processo analítico dos diálogos de saberes, que seja capaz de expor as dimensões normativas, objetivas e subjetivas que estão no plano de fundo dos enunciados emitidos, possibilitando a compreensão dos consensos e dissensos que resultam desse processo.

OS SABERES INSCRITOS E OS CONHECIMENTOS ESCRITOS: PRESSUPOSTOS PARA A ANÁLISE DOS DIÁLOGOS DE SABERES.

Partimos da compreensão de Porto-Gonçalves (2010) de que existe saberes, que embora não estejam escritos como produções da ciência moderna, estão inscritos nos modos de viver de sociedades tradicionais. Contudo, contemporaneamente os saberes tradicionais tem sido objeto de estudo das ciências a ponto que se questiona, inclusive, a propriedade do saber (DIEGUES, 1999).

Analisar os saberes tradicionais nos parece um desafio de método. Isto, porque a análise deve estar situada em um horizonte metodológico que proporcione não simplificar ou generalizar tais saberes. Assim, entendemos como importante o estabelecimento de abordagens complexas sobre os saberes tradicionais, seguindo os princípios dialógico, recursivo e hologramático, propostos na teoria do pensamento complexo (MORIN, 1990). Nesta proposta, daremos ênfase ao princi-

pio dialógico como orientador da análise dos diálogos de saberes.

Ainda, por uma questão mais ética do que teórica, entendemos que o pesquisador que aborda os saberes tradicionais deve partir do pressuposto dos limites dos procedimentos de análise, em qualquer nível de complexidade, frente à impossibilidade de compreender os saberes em sua totalidade. Logo, o que apresentamos não é o saber em si, mas aquilo que foi apreensível dele frente ao método adotado e traduzido em linguagem formal. Assim, o que apresentamos é uma proposta de análise dos conhecimentos tradicionais, visto que ao serem escritos como produção científica já não correspondem à complexidade do real em que estão inscritos (PAULA, 2013).

No âmbito da geografia, a análise dos conhecimentos tradicionais pode propor a existência de epistemes inscritas nos saberes. Quando analisamos os diálogos de saberes no Fórum Delta do Jacuí (*idem*, 2013) destacamos o conceito de território, enquanto conceito geográfico apreensível nos conhecimentos tradicionais dos pescadores artesanais. Isso pressupõe a influência recíproca entre conhecimentos produzidos na academia e saberes elaborados nas comunidades de pescadores ao longo de gerações. Mas como isso é possível?

Na nossa leitura, os pescadores artesanais em suas práticas estabelecem relações de poder sobre os pesqueiros, as quais indicam o estabelecimento de territórios e territorialidades. Embora território seja um conceito, no âmbito do real ele aparece como relação em todas as escalas. Contudo, no campo teórico, concluir que pescadores artesanais e outras sociedades tradicionais estabelecem territórios nem sempre foi possível. A identificação desta episteme, como multiescalar e multidimensional (SACK, 1986; RAFFESTIN, 1993), só foi admissível com a recente revisão do conceito de território que estava vinculado estritamente ao estado-nação (BECKER, 1986).

Sociedade e academia não estão estáticas, é justamente no período em que se põe em dúvida as certezas da ciência moderna, frente a crise ambiental evidenciada nos anos 1970, que se revisita conceitos clássicos e os põe em diálogo com contextos sociais promovendo outras leituras. Se observarmos os conhecimentos tradicionais por meio da identificação das epistemes distintas, vamos observar que, ao contrário do meio científico, na sociedade elas estão tramadas. Um pesqueiro é território, enquanto espaço apropriado (DI MÉO, 2006), mas também é um lugar, no qual existem relações de pertencimento (TUAM, 1983). Também é paisagem, além do visível a um observador externo, pois o próprio leito dos corpos de água apresenta certa composição reconhecida pelos pescadores em contexto cultural (COSGROVE, 1998).

Recentemente, na academia, dizemos que as epistemes estão nos saberes tradicionais, mas sempre estiverem! Os conhecimentos tradicionais que muito recentemente estão sendo compreendidos pela academia e por isso pondo em questão os limites da ciência moderna.

Estamos dizendo que só os saberes tradicionais podem influenciar o conhecimento científico? Não! Na dialógica que destacamos os saberes tradicionais são

cada vez mais influenciados por conhecimentos científicos. De um lado observamos a realização de pesquisas junto às comunidades em que, muitas vezes, os pescadores, também, se apropriam do contexto de pesquisa. Dizemos “também” por que o mais comum, evidentemente, é o cientista coletar informações, se apropriar delas, e apresentar como suas. Outro contexto é o da legislação, a qual via de regra é constituída com base em conhecimentos científicos e chegam às comunidades tradicionais como imposições. A adequação às normas da legislação frequentemente põe em pauta, nas comunidades, conceitos científicos que algumas vezes são apropriados por elas em seus discursos. Cada vez mais as vilas estão se metamorfoseando em “comunidades”, nos discursos dos moradores, para terem acesso a direitos básicos, como permanecer nos locais de onde são originários.

Outra questão que queremos por em debate diz respeito à tradicionalidade do saber. Assim como o conceito de comunidade, o de tradição já é objeto de estudo de cientistas sociais. Em nossa contribuição buscamos problematizar esse conceito a partir das práticas das comunidades de pescadores artesanais. Começamos nos questionamos se a comunidade é tradicional, ou os indivíduos são tradicionais, ou as práticas são tradicionais. Buscamos ressignificar a noção de tradicional pautando os saberes como condutores da nossa argumentação.

Diegues (1999, p.23) faz referencia ao uso tradicional. Assim, entendemos que as concepções de tradicional estão estritamente relacionadas com os fazeres e se expressam nos saberes da sociedade que faz (PORTO-GONÇALVES, 2010). Se os fazeres caracterizam as sociedades tradicionais, entendemos que os saberes sugerem os atores sociais que compõem essa sociedade. Compreendemos que o tradicional não é um produto da natureza, mas é (re)construído de forma dinâmica, por meio das relações sociais e da interação com meio. Muitas vezes muda o meio, mas as tradições acompanham os atores sociais e são reinventadas sob novas condições.

Destacamos que as análises que estabelecem a proporção entre o tradicional e o tempo histórico linear, a nosso ver, é um equívoco, pois sustenta uma hierarquia sobre o que ou quem é mais tradicional. Diante disso, com base no vínculo com o espaço, consideramos que o tradicional não é apreensível no tempo histórico diacrônico, mas no “tempo das simultaneidades” (SANTOS, 2006).

Ainda, na contemporaneidade, percebemos a evidência de culturas tradicionais, as quais muitos julgavam desaparecidas, em contextos em que determinadas sociedades lutam por políticas públicas (DIEGUES, 1999). Ousamos inferir que, frequentemente, a invenção não é tão importante quanto o processo de reinvenção, adaptação e transformação. O tradicional, que não nega as contradições, expressa a síntese, os consensos, dissensos e as rupturas das sociedades que se distinguem a partir dos seus fazeres e saberes, os quais pressupõem uma relação dinâmica com o tempo e com o espaço (PAULA, 2013).

O contexto em que nos propomos analisar está vinculado aos casos em que os limites da gestão estatal resultaram na mobilização das comunidades para o estabelecimento de espaços de discussão, com os gestores públicos. Nesse caso,

o que buscamos analisar é o diálogo entre saberes tradicionais e conhecimentos científicos, que orientam as legislações, em espaços de gestão compartilhada da pesca artesanal. Destacamos, desde já, que nos espaços de gestão compartilhada o Estado não devolve o poder de decisão à sociedade organizada, mas compartilha responsabilidades (KALIKOSKI, SEIXAS e ALMUDI, 2009).

TEORIA DO AGIR COMUNICATIVO: UMA POSSIBILIDADE DE COMPREENSÃO DOS DIÁLOGOS DE SABERES.

Leff (2006, p. 387-390) entende que o diálogo de saberes estabelece um espaço de sinergias e complementaridades entre os saberes existentes a respeito do mundo atual e a realidade presente. Ainda aponta para a produção de novas formas de compreensão do mundo que surgem do intercâmbio dialógico de saberes e da disputa de sentidos da sustentabilidade da reapropriação social da natureza e da cultura. Ao apresentar sua compreensão de Racionalidade Ambiental (Leff, 2010), este autor, indica a Natureza Diapótica de Boa Ventura de Souza Santos, bem como a Teoria do Agir Comunicativo de Jürguen Habermas como possibilidades de compreender os diálogos de saberes para a racionalidade ambiental. Entre essas possibilidades, nos detivemos à segunda, a qual entendemos que enfatiza o princípio dialógico da teoria do pensamento complexo de Morin (1990).

Habermas (2001), com a teoria do agir comunicativo, procura entender como a razão objetivamente cindida pode manter uma unidade, como também estabelecer uma mediação entre as culturas de especialistas e a prática cotidiana. Baseado na teoria da argumentação procura uma fórmula razoável para alcançar consensos por meio de uma comunicação que se expressa através da linguagem racional (LEFF, 2006, p. 351).

Para o autor, a teoria da argumentação ganha significado especial quando dela se busca construir e reconstruir os pressupostos e condições formal-pragmáticas de um comportamento evidentemente racional (HABERMAS, 2012A, p. 21). Entende argumentação como o tipo de discurso no qual os participantes apresentam pretensões de validade controversas e buscam resolvê-las ou criticá-las por meio de argumentos. Estes últimos integram razões que se relacionam sistematicamente com as pretensões de validade de uma exteriorização problemática. O argumento é considerado tão forte quanto maior for a perspicácia das razões, ou seja, pela capacidade de convencimento e motivação dos participantes, os quais darão assentimento a esta pretensão de validade (ibidem, p.48).

O conceito abstrato de mundo permite que os sujeitos que agem comunicativamente cheguem a um entendimento mútuo sobre o que acontece no mundo ou sobre o que se deve fazer nele. Por meio dessa prática comunicativa, tais atores se asseguram no contexto vital que têm em comum, ou seja, no mundo de vida intersubjetivamente partilhado (HABERMAS, 2012A, p. 40). Assim, Habermas frisa que as ações estão vinculadas a normas e vivências.

A priori destacamos que o mundo da vida se refere aos “sistemas interpretativos ou imagens de mundos culturais, os quais espelham o saber básico dos

grupos sociais, além de garantir um nexo em face da multiplicidade das orientações desses grupos para a ação” (ibidem, p. 93). Assim o autor enaltece que, tanto sociedades modernas, quanto sociedades tradicionais, racionalmente constituem saberes a partir das suas visões de mundo, o que nos remete a uma compressão ontológica do mundo de vida.

Nas relações com a natureza, no caso das sociedades tradicionais, se observa que, frequentemente, as visões de mundo se integram. Habermas (2012A) entende que “a desmitologização da visão de mundo significa uma dessocialização da natureza e ao mesmo tempo uma desnaturalização da sociedade” (p.102).

Habermas (2012B, p. 222) sintetiza o processo do agir comunicativo: a) Os mundos da vida servem de moldura para os falantes e ouvintes estabelecerem e interpretarem definições comuns sobre a situação da sua ação. b) Outro participante pode contestar a validade dessas exteriorizações que foram relativizadas a partir dos mundos da vida. c) O entendimento (*Verständigung*) significa a união dos participantes da comunicação sobre a validade de uma exteriorização. d) Acordo ou consenso (*Einverständnis*) tem a ver com o reconhecimento intersubjetivo da pretensão de validade que o falante une a uma exteriorização. e) O dissenso tem que ser manifestado quando o ouvinte não dá seu assentimento a uma pretensão de validade explicitada, logo não reconhece *ipso facto* as outras duas pretensões levantadas implicitamente. f) Não há consenso quando o ouvinte mesmo aceitando a verdade da asserção continua a duvidar da veracidade do falante ou da adequação normativa da sua manifestação, ou quando o ouvinte, embora aceitando a validade normativa de uma origem, desconfia da seriedade da vontade que emitiu a ordem ou dos pressupostos existenciais da ação imposta.

A partir do agir comunicativo se estabelece um processo de redefinição continuada, o qual promove a subordinação de certos conteúdos a determinados mundos, de acordo com o que é tido, respectivamente, como válido: como integrante do mundo objetivo, interpretado consensualmente; como componente normativo do mundo social, reconhecido intersubjetivamente; como componente privado do mundo subjetivo, ao qual se tem acesso privilegiado. Assim, a cada definição comum da situação, os atores determinam os limites entre a natureza exterior, a sociedade e a natureza interior, em um processo de renovação das diferenças entre eles, na qualidade de intérpretes que se posicionam perante o mundo exterior, bem como dos seus respectivos mundos interiores (HABERMAS, 2012B, p. 223).

ANÁLISE DIALÓGICA DE CONTEÚDO: ENSAIO DE UM ROTEIRO METODOLÓGICO.

Sem a pretensão de apresentar uma receita pronta, fechada, para a análise dos diálogos de saberes, o que apresentamos é a experiência adquirida ao longo da pesquisa de mestrado “Gestão Compartilhada dos Territórios da Pesca Artesanal: Fórum Delta do Jacuí” (PAULA, 2013). Por isso, já apresentamos pressupostos que foram reflexões da própria pesquisa e uma possibilidade teórica que conduziu

a fase de interpretação dos diálogos de saberes no contexto pesquisado. Nossa proposição se restringe à adoção do procedimento de grupos focais, nos trabalhos de campo e o estabelecimento de um processo de análise dos resultados.

TRABALHO DE CAMPO: GRUPOS FOCAIS

Destacaremos alguns fatores a serem considerados nas atividades com grupos focais, bem como as implicações destes nos resultados da pesquisa. Entre os referidos fatores ressaltamos o papel do pesquisador (mediador do grupo), a composição dos participantes do grupo, as implicações éticas da pesquisa, e a análise dos resultados.

Segundo Morgan apud Barbour (2009, p. 142) é pré-requisito para considerar um trabalho como de grupo focal, que o moderador, o qual preferimos chamar de mediador, tenha o papel de direcionar a discussão para que a mesma seja suficientemente focada. Sendo assim, compreendemos a personalidade do mediador causa impacto na forma e no conteúdo dos dados registrados nos grupos focais (como é recorrente em todos os métodos qualitativos). Assim, a autora reitera a importância e que a análise seja fundamentada teoricamente.

Além da habilidade do mediador, destacamos que a composição do grupo influi na qualidade das informações alcançadas em grupos focais. Sede *apud* Barbour (2009, p. 186) destaca que “O poder dos dados dos grupos focais é parcialmente uma função do seu apelo imediato e parcialmente o resultado dos dispositivos retóricos empregados pelos autores”.

Ao mesmo tempo em que o grupo focal contribui com os resultados da pesquisa, é importante ressaltar que é um espaço de catarse para os participantes (BARBOUR, 2009, p. 124). A autora frisa que: os grupos focais podem estimular mudanças significativas e levar participantes a redefinirem seus problemas de forma mais politizada (ibidem, p. 31).

Pensar na perspectiva dos participantes nos remete à questão ética do motivo pelo qual estes concordaram em participar do grupo. Logo, devemos compor a pesquisa com grupo focal de modo que a dinâmica do grupo corresponda também às expectativas dos participantes. Ainda, seus resultados, devem ser apreciados pelos envolvidos para que tenham a possibilidade de fazerem considerações (FLICK, 2009, p. 117). O local da reunião pode implicar na maior ou menor participação no grupo focal e, conseqüentemente, restringir às atividades a poucos locais pode acarretar em uma visão parcial da problemática discutida (BARBOUR, 2009, p. 75).

Barbour (2009, p. 146) destaca que no contexto dos grupos focais o pesquisador começa a analisar os dados já quando os está produzindo. Contudo, diante da complexidade da análise, podem surgir propostas analíticas importantes: “Em vez de se intimidar com a complexidade, *insights* analíticos valiosos podem ser obtidos a partir do engajamento e da exploração dessas áreas que são passíveis de múltiplas interpretações” (ibidem, p.186).

SISTEMATIZAÇÃO DO MATERIAL A SER ANALISADO: ANÁLISE DE CONTEÚDO.

A análise de conteúdo consiste em um conjunto de técnicas de análise de comunicação, visando obter indicadores que permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção dessas mensagens. A principal distinção entre as diversas técnicas de análise de conteúdo seria entre aquelas mais qualitativas, que buscam identificar a presença ou a ausência de certas características no material analisado, e as quantitativas, que investigam a frequência com que aparecem certos termos (CORTES, 1998). Para Laurence Bardin (2007) a análise de conteúdo consiste em três procedimentos: a pré-análise, a exploração material, e o tratamento dos resultados. Esses devem resultar no levantamento questões emergentes.

A pré-análise favorece, no decorrer da pesquisa, em grupos que tratam temas muito variados, distinguir eixos e temas de discussão. Assim, é possível focalizar o processo analítico nos temas que compõem o eixo que correspondem melhor aos objetivos da pesquisa. Esses temas se evidenciam no processo de exploração material, quando o material é observado em seu conjunto. Em contextos em que se busca estabelecer análises gerais e específicas os temas ainda podem ser compostos por subtemas. Destacamos para a importância de que todo o material seja cuidadosamente organizado para a posterior análise.

ANÁLISE DIALÓGICA DE CONTEÚDO.

Tendo em vista que a análise de conteúdo via de regra expõe unidirecionalmente os efeitos de um emissor sob um receptor, para expor o processo de mútua influência, reciprocidade e dialógica foi necessário ressignificar esse processo analítico a partir da teoria do agir comunicativo. Operacionalmente houve a seguinte ressignificação:

Assim, além da compreensão dos eixos, temas e subtemas correspondentes a cada trecho analisado, na Análise Dialógica de Conteúdo, todos os participantes são falantes e ouvintes, tendo em vista que estão em diálogo. Por isso, já na tabulação é importante a identificação deste, da instituição a qual pertence – mesmo que isso seja omitido nos resultados -. Ainda, sendo um processo contínuo, o diálogo e a influência que um participante causa no outro não se esgota em uma reunião, sendo observável ao longo do tempo. Logo, é importantíssima a identificação da reunião, data, local em que foi realizada, etc.

A interpretação do mundo da vida é central nesse processo analítico. Não consideramos possível essa leitura “hermenêutica” do trecho, por um pesquisador que não tenha participado das reuniões, ou que não esteja muito bem apropriado das discussões em curso. Nesse processo analítico o mundo da vida corresponde as questões emergentes que seriam o resultado da análise de conteúdo proposta por Bardin (2007). Contudo, na Análise Dialógica de Conteúdo é possível ir além do mundo da vida, para compreender os consensos e dissensos que ocorrem ao longo do processo dialógico.

Quadro 1- Análise de Conteúdo e Teoria do Agir Comunicativo

Análise de Conteúdo (CORTES, 1998)	Agir Comunicativo (HABERMAS, 2012B)
O “emissor” é quem fala.	O participante é emissor e receptor de mensagens.
O que o emissor “tenta dizer” é a mensagem propriamente dita.	Um participante emite uma mensagem suscetível a crítica que está baseada em um dos mundos (objetivo, social ou subjetivo).
O “receptor” é aquele a quem se dirige a mensagem.	Outro participante escuta a mensagem e aceita ou não. Este, também, emite uma crítica baseada em um dos mundos (objetivo, social ou subjetivo).
“Como se diz” refere-se ao meio através do qual a mensagem é transmitida, ou o estilo em que é transmitida.	A partir desse enfiamento se dá o diálogo de saberes e vão sendo gerados entendimentos.
O “Resultado” é o efeito que a mensagem tem sobre o receptor.	O resultado do agir comunicativo é o “consenso, dissenso, ruptura”.

Fonte: Elaborado por Paula.

DIÁLOGOS DE SABERES NA ASSEMBLEIA GERAL DO FÓRUM DELTA DO JACUÍ

Acompanhamos as reuniões mensais da assembleia geral do Fórum Delta do Jacuí, as quais foram realizadas de julho de 2011 à dezembro de 2012, totalizando 18 meses de trabalho de campo com esse grupo focal. Acreditamos que essa experiência de pesquisa contribui com a discussão em cursos sobre alternativas para apreender os diálogos de saberes estabelecidos entre comunidades tradicionais e profissionais orientados por conhecimentos técnicos-científicos.

Destacamos que os diálogos foram redigidos na forma de ata, pois havia a demanda do Fórum que a reuniões fossem registradas. Estas atas foram escritas pelo pesquisador que procurou apresentar as falas, sempre identificando os falantes. Ressaltamos que buscamos, na medida do possível, não suprimir manifestações que estivessem integradas aos pontos de pauta. Sendo um documento oficial, as atas foram aprovadas nas reuniões seguintes, o que favorece um maior controle dos participantes sobre os dados que foram analisados.

Por mais que ao longo das reuniões o pesquisador já estivesse analisando os resultados, foi primordial estruturar o procedimento de análise para responder à proposta de Análise Dialógica de Conteúdo. Frisamos que, desde o princípio, em vez de separar o conhecimento tradicional do conhecimento técnico-científico, buscamos distingui-los no plano dos mundos da vida. Assim, frisamos que se trata de um procedimento metodológico enfocado na análise das falas escritas a partir da identificação dos mundos da vida em que estas estão baseadas.

Organizamos o banco de dados da pesquisa na plataforma Excel 2010. Inicialmente efetuamos o recorte de trechos das atas que correspondem às falas dos participantes. Tivemos o cuidado de referenciar a ata, data e página a que se refere cada trecho para possibilitar conferir esse conteúdo. Na sequência identificamos os falantes a partir da instituição, entidade ou comunidade que representam. Assim foi possível distinguir falas dos representantes de pescadores, do Estado do Rio Grande do Sul, da União, de Instituições de Ensino, de ONGs, etc. conforme o quadro 2.

Quadro 2- Banco de Dados (Identificação dos Trechos)

Trecho	Nº da Ata	Página	Entidade	Falante
Ex. "Ressaltou a falta de fiscalização na Piracema"	6/2011	p.20	Sindicato de Trabalhadores Rurais - Mostardas	Pescador

Fonte: Atas do Fórum Delta do Jacuí, organizado por Paula.

A pré-análise dos trechos destacados apontou que existem falas referidas diretamente à pesca e outras relacionadas com outras atividades econômicas, então estabelecemos estes dois eixos. Os Subeixos trazem informação complementares, por exemplo, mineração é subeixo de outras atividades econômicas. Isto favorece análises distintas sobre as questões abordadas nas reuniões. Logo servem de filtro para compreensões sobre os temas.

A exploração material dos principais temas abordados nas reuniões apontou a existência de dois temas gerais: Gestão Ambiental e Gestão Compartilhada da Pesca. Tendo em vista a variedade de assuntos que estes compõem foram estabelecidos três níveis de subtemas. A intenção com esses subtemas é que os níveis se complementem e possibilitem análises gerais e específicas. Não houve o interesse de restringir o número de assuntos de cada subtema, mas de possibilitar que os mesmos correspondam ao conteúdo de cada trecho.

Por fim, a análise do conteúdo, com base na teoria do agir comunicativo, possibilitou apontar os mundos da vida a que se referem os 303 trechos selecionados. Destacamos que repetidas vezes foi necessário voltar à ata para compreender o contexto da fala. Acrescentamos que esse processo foi facilitado pelo fato do pesquisador ter participado das reuniões e ter elaborado as atas. Ainda, ressaltamos que determinados trechos se referem a mais de um mundo da vida, então foi necessário duplicar esse trecho no banco de dados, logo o mesmo trecho pode implicar em mais de uma análise. A Quadro 3 apresenta a tabulação de eixos, temas, e mundos da vida.

Quadro 3- Banco de Dados (Eixos, Temas e Mundos da Vida)

Eixo	Subeixo	Tema	Subtema	Subtema2	Subtema3	Mundo da Vida
Pesca	Artesanal	Gestão Ambiental	Fiscalização	Ausente	Piracema	Subjetivo

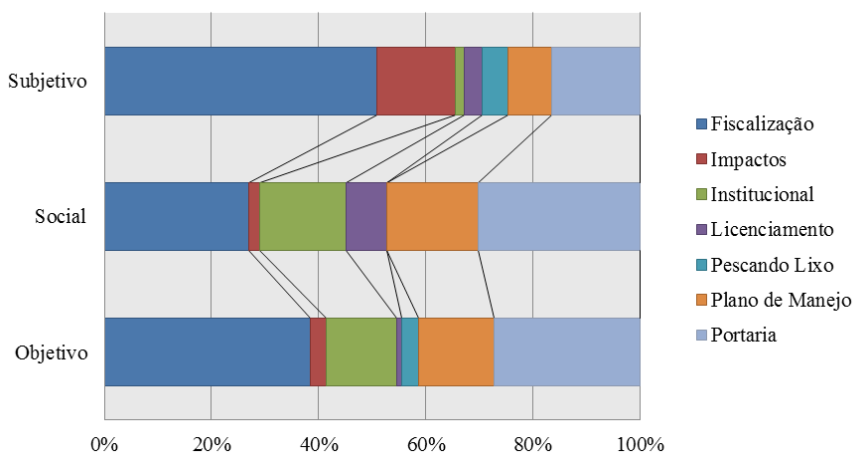
Fonte: Atas do Fórum Delta do Jacuí, organizado por Paula.

Destacamos que a conversão dessas informações qualitativas em dados quantitativos se deu por meio da ferramenta Tabela e Gráfico Dinâmico do Excel 2010®. Apresentaremos, então, alguns procedimentos que podem ser adotados para a análise:

a) Análise da Composição dos Mundos da Vida:

- Estabelecimento de gráfico e/ou tabela (Ex. Gráfico 1) que apresentem para cada tema a sua composição em mundos da vida. Os resultados permitem concluir em que mundos da vida foram baseados os diálogos de acordo com o tema.

Gráfico 1- Mundos da Vida – Tema Gestão Ambiental.



Fonte: PAULA (2013)

É possível compreender de um modo geral em que mundos da vida estão baseados os subtemas de cada tema. Do tema Gestão Ambiental, o subtema Fiscalização, por exemplo, foi abordado prioritariamente a partir do mundo subjetivo, pois se referiam aos relatos sobre experiências nesses contextos; com base no mundo objetivo o diálogo pretendeu encontrar alternativas para resolver essa problemática, e o mundo social, menos frequente, se limita a menção às normas vigentes.

- Constituição de gráfico e/ou tabela, por instituição ou conjunto de instituições, que apresentem para cada tema a sua composição em mundos da vida. Os resultados proporcionam concluir quais os mundos da vida que baseiam as falas dos representantes de instituições, quando estão em diálogo.

Ainda abordando o subtema Fiscalização, no caso de uma filtragem institucional: as “Entidades de Pescadores” fizeram referencia ao mundo subjetivo, pois os relatos se referiam às experiências vividas em abordagens de fiscalização nos pesqueiros. As “Instituições Federais” estiveram muito restritas ao mundo social, uma vez que os representantes se detiveram a frisar a importância de obedecer à legislação. As “Instituições Estaduais” frequentemente se basearam no mundo objetivo, uma vez que a fiscalização é realizada pela Polícia Militar, a qual está sujeita ao governo do estado, e as operações são planejadas, o que permite integrar demandas da sociedade.

b) Análise da Ação Comunicativa:

- Construção de gráfico e/ou tabela (Ex. Tabela 1) que apresentam a distribuição dos mundos da vida ao longo das reuniões. Essa análise temporal contribui para concluir a influencia dos mundos de vida no processo dialógico do grupo.

Tabela 1- Referências aos Mundos da Vida por Reunião do Fórum

Mês/Ano	Mundo da Vida (%)		
	Subjetivo	Social	Objetivo
Julho/2011	30,00	40,00	30,00
Agosto/2011	40,00	20,00	40,00
Setembro/2011	25,00	41,67	33,33
Outubro/2011	36,36	45,45	18,18
Novembro/2011	18,75	31,25	50,00
Dezembro/2011	23,08	15,38	61,54
Janeiro/2012	16,67	50,00	33,33
Fevereiro/2012	16,67	45,83	37,50
Março/2012	33,33	25,00	41,67
Abril/2012	36,36	18,18	45,45
Mai/2012	13,21	64,15	22,64
Junho/2012	28,26	34,78	36,96
Julho/2012	29,63	22,22	48,15
Agosto/2012	4,35	73,91	21,74
Setembro/2012	24,00	28,00	48,00
Outubro/2012	0,00	44,44	55,56
Novembro/2012	25,00	37,50	37,50
Dezembro/2012	28,57	9,52	61,90
Média	23,85	35,96	40,19

Fonte: PAULA (2013)

A análise dos mundos da vida que basearam as falas, ao longo das reuniões, apontou que de um mês para o outro a adoção desses referenciais ocorreu de formas distintas. As referenciais ao mundo social ou normativo foram as que mais registraram declínio de uma reunião para outra. Ao contrário, as menções ao mundo objetivo apresentou um maior percentual entre reuniões consecutivas. Com outro comportamento as bases subjetivas nas falas foram as que apresentaram maior alternância entre subidas e descidas. Ainda, frisamos que, geralmente, o declínio das bases normativas é concomitante com a ascensão dos referenciais objetivos. Assim, cabe inferir que os referenciais normativas, apesar de muito consideradas, frequentemente não dão respostas às problemáticas vividas no período entre reuniões, o que remete à busca de alternativas originais para as mesmas.

Outra questão que consideramos muito relevante é que oito reuniões registraram ascensão das referências aos mundo objetivo e subjetivo, e queda no mundo social ou normativo. Assim, podemos considerar que a potencialização na dimensão objetiva, nesse Fórum, está estritamente relacionada com o aumento de referenciais ao mundo subjetivo, o que demonstra a importância da dimensão subjetiva na ação comunicativa, uma vez que incita um diálogo mais propositivo. Concomitante, destacamos que em determinadas reuniões, o aumento nas referenciais ao mundo social ou normativo acompanhou a queda nos mundos objetivos e subjetivos. Logo, compreendemos que o incremento no mundo social, frequentemente, inibe referenciais subjetivos, e coíbe um diálogo mais propositivo, por estar muito engessado no quadro normativo.

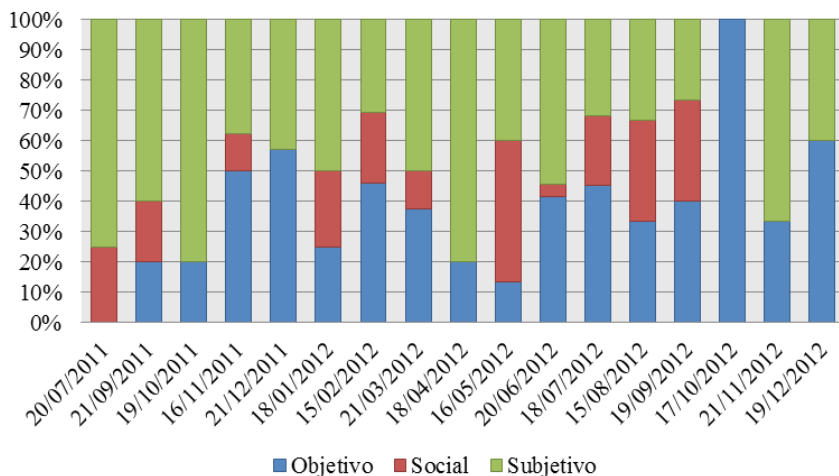
- Elaboração de gráfico e/ou tabela (Ex. Gráficos 2,3 e 4), por instituição, que apresenta os mundos da vida em que se basearam os participantes ao longo do período pesquisado. A filtragem por instituição contribui para verificar a influência entre os participantes a partir dos seus mundos da vida.

O Gráfico 2 expõe a participação dos referenciais subjetivos, objetivos e normativos, nas falas dos pescadores artesanais ao longo das reuniões da assembleia geral do Fórum. Destacamos que os pescadores artesanais frequentemente emitem enunciados com base no mundo subjetivo. Logo, se baseiam nas vivências na pesca e nos espaços de discussão sobre a gestão ambiental e ordenamento pesqueiro. Contudo, destacamos que há o progressivo aumento no que se refere às bases objetivas nesses enunciados. Compreendemos que se tratando de um Fórum de pescadores, o mundo objetivo se manifesta a partir de um horizonte pre-determinado que integra as expectativas e a confiança de que este espaço pode dar respostas concretas às problemáticas. As referências normativas, geralmente são menos frequentes, mas se expressam nas críticas às normas em vigor, tanto em relação à gestão ambiental, quanto ao ordenamento pesqueiro.

Destacamos que nas discussões sobre a gestão ambiental, as falas baseadas no mundo subjetivo são as mais frequentes e se referem às experiências vivenciadas na pesca e nos espaços de discussão sobre a gestão ambiental. Também é significativo o uso de bases objetivas, a fim de dar respostas a principais problemáticas - como é o caso da fiscalização ambiental e dos conflitos com unidades de

conservação. Já o mundo social está menos presente nos enunciados, tendo em vista que predomina o entendimento que as regras vigentes de gestão ambiental não estão sendo seguidas, logo, caem em descrédito entre os pescadores.

Gráfico 2- Mundos da Vida – Entidades de Pescadores.



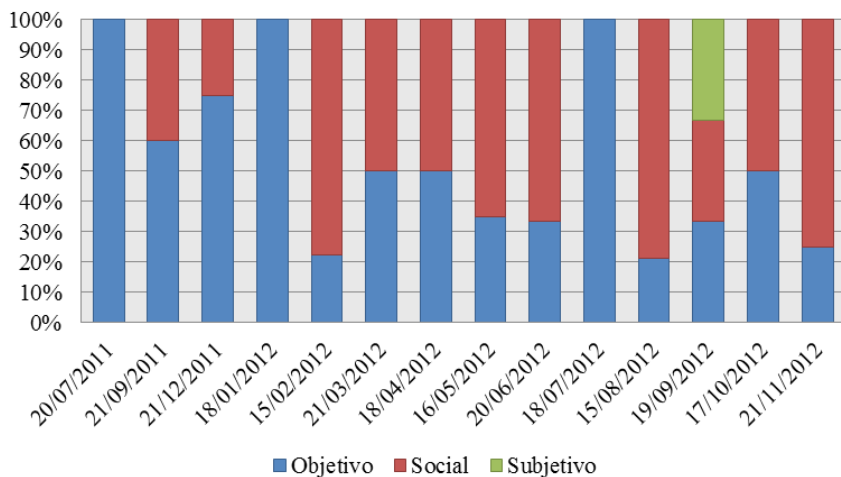
Fonte: PAULA (2013)

Já no tocante ao tema da gestão compartilhada da pesca, destacamos a predominância das referências ao mundo objetivo. Isto se deve principalmente pela discussão a respeito do ordenamento pesqueiro e da elaboração de uma Instrução Normativa Interministerial do Fórum, assim, as falas integram proposições com o objetivo de que este documento corresponda às principais problemáticas relacionadas com a pesca artesanal. O mundo subjetivo também compõe essa proposta, uma vez que as experiências vividas na pesca artesanal são consideradas como chave para a eficácia dessas novas regras. Enfim, o mundo social também se faz presente através das críticas às normas vigentes que são consideradas inadequadas e ineficientes.

Os representantes das instituições que representam o Governo do Estado do Rio Grande do Sul no Fórum expõem suas falas com base nos mundos objetivo, social e subjetivo, respectivamente, como apresenta o Gráfico 3. Destacamos que em determinadas reuniões os referenciais objetivos servem de base para o total dos enunciados, mas que ao longo do Fórum os referenciais normativos passam a ganhar maior espaço. Elencamos que nas primeiras reuniões as entidades estaduais que estão envolvidas direta ou indiretamente com a pesca estavam mais

empenhadas em discutir alternativas para as problemáticas, sobretudo as de sua competência. Contudo, na medida em que a discussão avançou, as falas foram mais vinculadas aos limites e possibilidades da legislação. O mundo subjetivo aparece pontualmente em falas da Emater, a qual desenvolve extensão rural com pescadores.

Gráfico 3- Mundos da Vida – Instituições Estaduais.



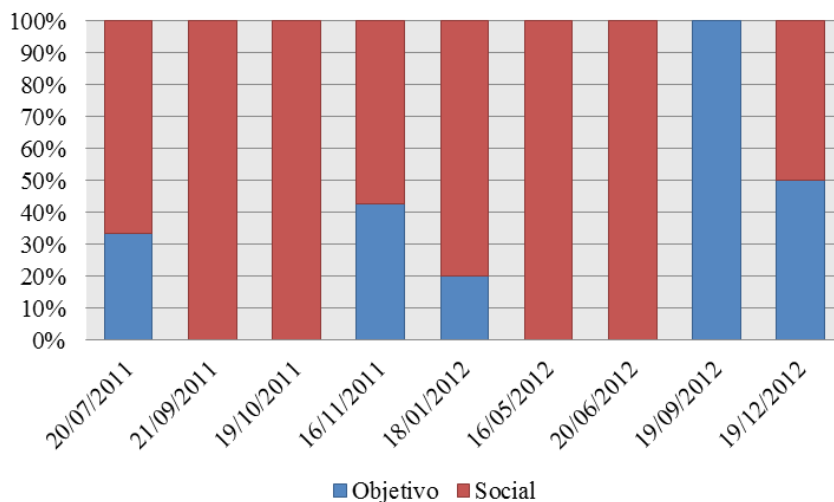
Fonte: PAULA (2013)

As discussões a respeito da gestão ambiental foram baseadas no mundo social e no mundo objetivo, respectivamente. Destacamos que as bases normativas prevaleceram na medida em foram dialogadas questões relacionadas à fiscalização ambiental e aos conflitos com as unidades de conservação, principalmente do Parque e da APA Estadual Delta do Jacuí, os quais estavam em processo de elaboração de planos de manejo. Entretanto, entendemos que a referência ao mundo objetivo se mantém, mesmo que em redução, na busca de adequar as normas às expectativas do Fórum, como foi o caso das discussões sobre a reformulação de Portaria SEMA Nº 27 de 15 de maio de 2012.

Quanto à gestão compartilhada da pesca predominaram as falas baseadas no mundo objetivo. Consoante com o Fórum, determinados representantes de instituições do Estado do Rio Grande do Sul se mostraram favoráveis à elaboração de uma instrução normativa para a região, o que corresponde também aos seus objetivos de ordenamento pesqueiro. Os enunciados baseados em normas também foram presentes, mas muito limitados aos nuances da Portaria Intermi-

nisterial Nº 2, de 13 de novembro de 2009. A referência ao mundo subjetivo se deu por meio da crítica à referida lei que não considera devidamente os Fóruns de pesca como espaços de gestão compartilhada, quando impõe seus modelos, logo remete a experiências vividas em outros espaços e momentos e quem o Estado assumiu a gestão centralizada.

Gráfico 4- Mundos da Vida – Instituições Federais.



Fonte: PAULA (2013)

Já os representantes de instituições do Governo Federal se manifestaram no Fórum predominantemente com base no mundo social, como apresenta o Gráfico 4, sobretudo quanto aos nuances da legislação a respeito do ordenamento pesqueiro. Também se observa influências da dimensão objetiva, principalmente quando, na medida em que estão envolvidos com o Fórum, buscam alternativas para viabilizar suas demandas.

Quanto à gestão ambiental da pesca artesanal, as falas foram baseadas nas normas que orientam a fiscalização dessa atividade. Também destacamos que a atribuição de quem faz a gestão ambiental na região se fez presentes na medida em que a Lei Complementar Nº 140, de 8 de dezembro de 2010 servia de argumento para a possibilidade supletiva de ação do Ibama na fiscalização da pesca.

Também a respeito da gestão compartilhada da pesca os enunciados com base no mundo social foram os mais frequentes. Enaltecemos, ainda, a ampla discussão a respeito da Portaria Interministerial Nº 2, de 13 de novembro de 2009, principalmente, no que se refere ao modelo de gestão compartilhada adotado

que implica diretamente na atuação do Fórum, inclusive, de construir sua própria instrução normativa. Contudo, também há falas baseadas no mundo objetivo, que são resultado do envolvimento desses representantes com o Fórum, que implicam na busca de alternativas para viabilizar a elaboração da instrução normativa.

CONCLUSÕES

Consideramos que a proposta metodológica de Análise Dialógica de Conteúdo, para compreensão dos diálogos de saberes, no contexto do Fórum Delta do Jacuí, apresentou resultados satisfatórios. Contudo, para a adoção dessa metodologia é imprescindível que a pesquisa considere os pressupostos apresentados, sobretudo as que envolvem comunidades tradicionais. Ressaltamos, também, a importância de que o pesquisador tenha apropriação da Teoria do Agir Comunicativo, a qual embasa teoricamente a análise na busca de outra razão, que na pesquisa se expressa na racionalidade ambiental.

Como pressupostos, ressaltamos a importância de distinguir, sem separar, as diferentes noções de comunidade tradicional e de conhecimento tradicional. Nosso entendimento é que as comunidades tradicionais integram a sociedade tradicional, mas se distinguem em alguns aspectos. Ainda que existem outras sociedades tradicionais, as quais também se distinguem, mas em contextos amplos se unem frente a sociedade capitalista geral. A comunidade tradicional, mesmo envolvendo outros atores sociais, caracteriza-se pelos fazeres. Estes últimos ocorrem graças aos saberes, que por sua vez caracterizam o ser coletivo, pescador, indígena, etc. Quando esses saberes passam a ser objeto de estudo das ciências, e são escritos a partir de métodos científicos e linguagem formal, observamos que já não correspondem mais ao real em que são tramados, assim se integram na produção de conhecimentos, logo chamamos de conhecimentos tradicionais.

A análise dialógica de conteúdo corresponde a uma iniciativa de compreensão do diálogo entre conhecimentos tradicionais e conhecimentos técnicos e científicos. No contexto pesquisado, o diálogo se dá ao longo de reuniões de um Fórum de gestão compartilhada da pesca artesanal. Sendo um trabalho com grupo focal compreendemos que os dados, os quais serão analisados, devem corresponder às temáticas de interesse do grupo, bem como serem apreciados pelo grupo. Quanto ao procedimento técnico, destacamos que partiu da proposta clássica de análise de conteúdo, mas o esforço foi de mostrar, em vez da ação de um emissor sobre um receptor, o processo dialógico, o qual gera consensos e dissensos. As rupturas sempre ocorrem quando os participantes rompem com o diálogo e se afastam do grupo.

A leitura hermenêutica dos mundos da vida é central na Análise Dialógica de Conteúdo. Para tanto é necessária a participação do pesquisador nas reuniões para compreender além do que está registrado. Essa leitura deve apontar os mundos da vida em que estão baseadas as falas, o mundo das normas escritas ou não, o mundo objetivo dos planos e projetos, e o mundo subjetivo da experiência.

No caso dos temas da gestão ambiental e da gestão compartilhada da pesca

a proposta de analítica permitiu compreender a ação comunicativa, por eixos e temas, temporal e institucional. Assim foi possível perceber que as falas partem sobretudo do mundo subjetivo, de experiências na pesca e em outros espaços de gestão compartilhada. Dialogam com o mundo social, das normatizações impostas pelo Estado. E são amplamente dialogadas com o mundo objetivo, quando se busca soluções originais para as problemáticas. Observou-se que quando ocorre aumento das falas baseadas nos mundos subjetivo e objetivo, as baseadas no mundo social diminuem. Ainda quando ocorrem aumento das baseadas no mundo social, reduzem as baseadas no mundo subjetivo e objetivo. Assim, entendemos que o fórum busca soluções para problemáticas vivenciadas pelos pescadores, contudo muitas destas soluções são inviáveis pelas normatizações vigentes.

Na perspectiva dos participantes compreendemos que as falas dos pescadores estão mais baseadas no mundo subjetivo, das instituições estaduais no mundo objetivo e das instituições federais no mundo social. Contudo, os pescadores cada vez mais integram a dimensão normativa e objetiva nas suas falas, logo o conhecimento tradicional não se baseia só em vivências, mas em toda dinâmica social. As instituições estaduais estão mais baseadas no mundo objetivo, pois os objetivos do Fórum estão de acordo com a atual proposta de governo estadual, para que o ordenamento pesqueiro esteja condizente com as especificidades locais. Já a predominância do mundo social, nas falas das instituições federais, deve-se pela reduzida capacidade de decisão dos seus representantes, os quais se limitam em executar normas. Contudo, no conjunto do Fórum, ao longo do período analisado houve aumento e predominância do mundo objetivo, o que indica que nesse espaço de discussão todos os participantes chegaram a entendimentos comuns e se uniram na busca por alternativas para a resolução das problemáticas discutidas.

DIALOGICAL ANALYSIS OF CONTENT AND DIALOGUE OF KNOWLEDGE

ABSTRACT

The text presents a methodology for understanding the dialogues of knowledge in times in which traditional communities establish dialogues with technicians and scientists. The work exposes assumptions to researches that approach traditional knowledge and dialogue of knowledge. Moreover, it reframes the technique of content analysis, complexifying it from the theory of communicative action, which identifies the worlds of life in which the statements are based. Therefore it exposes consensus and dissensus occurring in the dialogical process. Finally the work presents some analyzes from the research conducted at the Delta do Jacuú Forum”.

Keywords: Traditional Communities; Traditional Knowledge; Dialogic; Artisanal Fisheries.

ANÁLISIS DIALÓGICA DE CONTENIDO Y DIÁLOGOS DE SABERES

RESUMEN

El texto presenta una propuesta metodológica para la comprensión de los diálogos de los saberes en los momentos en que las comunidades tradicionales establecen diálogos con los técnicos y científicos. Expone los supuestos a las investigaciones sobre los conocimientos tradicionales y el diálogo de saberes. Resignifica la técnica de análisis de contenido, haciendo compleja desde la teoría de la acción comunicativa, que identifica a los mundos de la vida en que se basan las declaraciones. Y así exponer el consenso y el disenso que ocurre en el proceso dialógico. Presenta algunas posibilidades de análisis a partir de la investigación realizada en el Foro Delta del Jacuí.

Palabras clave: Comunidades Tradicionales; Conocimientos Tradicionales; Dialógica; La Pesca Artesanal.

REFERÊNCIAS

BARBOUR, R. **Grupos Focais**. Tradução de Marcelo Figueiredo Duarte. Porto Alegre: Artmed, 2009.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: 2007.

BECKER, B. K. O uso político do território: questões a partir de uma visão do terceiro mundo. In: BECKER, B. K. . COSTA. R. H. . SILVEIRA. C. B. (orgs.). **Abordagens políticas da espacialidade**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1986.

CORTES, S. V. Técnicas de coleta e análise qualitativa de dados. **Revista Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 9, p. 11-47, 1998.

COSGROVE, D. A. Geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORREA, R. L.; ROSENDHAL, Z. (orgs.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1998. p. 92-121.

DI MÉO, G. Les Territoires de L'action. **Bulletin de la Société géographique de Liège**, Liège, v. 48, p. 7-17, 2006. Disponível em: <http://www.bsrgl.be/> Acesso em: 2011-08-23.

DIEGUES, A. C. **Biodiversidade e Comunidades Tradicionais no Brasil**. São Paulo: NUPAUB, 1999.

FLICK, E. **Desenho da Pesquisa Qualitativa**. Tradução de Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

HABERMAS, J. **Teoría de la acción comunicativa**. Madrid: Taurus Humanidades, v. I, 2001.

HABERMAS, J. **Teoria do Agir Comunicativo - Racionalidade da Ação e Racionalização do Social**. São Paulo: Martins Fontes, v. 1, 2012A.

HABERMAS, J. **Teoria do Agir Comunicativo - Sobre a Crítica da Razão Funcionalista**. São Paulo: Martins Fontes, v. 2, 2012B.

KALIKOSKI, D.; SEIXAS, C.; ALMUDI, T. Gestão compartilhada ecomunitária da pesca no Brasil: avanços e desafios. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. XIII, jan-jun 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v12n1/v12n1a11.pdf> Acesso em: 2011-11-20.

LEFF, E. **Racionalidade Ambiental: a reapropriação social da natureza**. Tradução de Luís Carlos Cabral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MORIN, E. **Introdução ao Pensamento Complexo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1990.

PAULA, C. Q. D. P. **Gestão Compartilhada dos Territórios da Pesca Artesana: Fórum Delta do Jacuí (RS)**. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/78031>.

PORTO-GONÇALVES, C. De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência Latino-Americano. **GEOgraphia**, 8 Feb 2010. Disponível em: <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/203/195>. Acesso em: 2013-01-08.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. 2. reimpr. ed. São Paulo: EDUSP, 2006.

TUAN, Y.-F. **Espaço e Lugar: A perspectiva da experiência**. São Paulo: Diefel, 1983.